



Modernidade e Educação em Darcy Ribeiro: uma reflexão decolonial sobre o sistema educacional brasileiro

Luiz Otávio Pereira Rodrigues¹
Jéssica Cristina Álvaro de Oliveira²

Resumo

Este artigo tem o objetivo de explicitar o entrelaçamento entre a modernidade e o processo organização do sistema educacional brasileiro. Para isto, tomamos a trajetória político-intelectual de Darcy Ribeiro (1922-1997) enquanto objeto de análise. A hipótese defendida, é que o posicionamento anti-imperialista de Darcy Ribeiro em suas iniciativas educacionais dá a base para a construção de um projeto decolonial. Para isto, realizamos a crítica à ideia de modernidade, e apresentamos o conceito de decolonialidade a partir de Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel e Boaventura de Sousa Santos. Assim, objetivamos tensionar o pensamento darcyniano com a abordagem decolonial. Justificamos esta escolha no fato que Darcy Ribeiro foi um dos atores centrais nas dinâmicas de institucionalização do ensino no Brasil. Nos espaços públicos e acadêmicos, se posicionou criticamente sobre os rumos que a modernidade e educação deveriam tomar nos países latino-americanos, segundo as suas especificidades para atingirem a autonomia sociocultural.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro, Modernidade, Sistema de Educação, Crítica.

Modernidad y educación en Darcy Ribeiro: una reflexión decolonial sobre el sistema educativo brasileño

Resumen

Este artículo tiene como objetivo modernizar de explicar el entrelazamiento entre e el proceso de organización del sistema educativo brasileño. Para ello, tomamos como objeto de análisis la trayectoria político-intelectual de Darcy Ribeiro (1922-1997). La hipótesis defendida es que la posición antiimperialista de Darcy Ribeiro en sus iniciativas educativas sienta las bases para la construcción de un proyecto descolonial. Para ello, criticamos la idea de modernidad, y presentamos el concepto de decolonialidad de Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel y Boaventura de Sousa Santos. Por lo tanto, nuestro objetivo es tensar el pensamiento darcyniano con el enfoque decolonial. Justificamos esta elección en el hecho de que Darcy Ribeiro fue uno de los actores centrales en la dinámica de institucionalización de la enseñanza en Brasil. En espacios públicos y académicos, se posicionó críticamente sobre las direcciones

¹ Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF). Licenciado em Ciências Sociais Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES. E-mail: luizr@id.uff.br

² Doutoranda em Cognição e Linguagem e Mestra em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF). Bolsistas CAPES. E-mail: jeholiveira332@gmail.com

que la modernidad y la educación deben tomar en los países latinoamericanos, de acuerdo con sus especificidades para lograr la autonomía sociocultural.

Palabras-clave: Darcy Ribeiro, Modernidad, Sistema Educativo, Crítica.

Modernity and Education in Darcy Ribeiro: a decolonial reflection on the brazilian educational system

Summary

This article aims to reflect the relationship of the concept of modernity with the organization process of the Brazilian educational system. For this, we take the political-intellectual trajectory of Darcy Ribeiro (1922-1997) as an object of analysis. The hypothesis defended is that Darcy Ribeiro's anti-imperialist positioning in his educational initiatives gives the basis for the construction of a decolonial project. For this, we criticize the idea of modernity, and present the concept of decoloniality from Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel and Boaventura de Sousa Santos. Thus, we aim to tension darcynian thought with the decolonial approach. We justify this choice in the fact that Darcy Ribeiro was one of the central actors in the dynamics of institutionalization of teaching in Brazil. In public and academic spaces, he was critically positioned on the directions that modernity and education should take in Latin American countries, according to their specificities to achieve sociocultural autonomy.

Key words: Darcy Ribeiro; Modernity; Education System; Criticism.

Introdução

O presente artigo coloca em primeiro plano a atuação pública e as concepções teóricas que Darcy Ribeiro atribuiu ao funcionamento da educação no Brasil. Isto porque são reflexões que surgiram por meio da sua atuação enquanto pesquisador, educador e político. Posição que lhe imputou o exílio da década de 1960. Estas experiências serviram de base para a elaboração das suas teorias sobre as origens e os rumos das civilizações, sobretudo, as do 'Terceiro Mundo'. Por isso, optamos por uma abordagem diferente das usuais que focalizam extensivamente nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Tomamos a trajetória político-intellectual darcyniana para explicitar o entrelaçamento do conceito de modernidade com a organização do sistema de educação brasileiro. Para isso, mostramos como a referida ideia foi desenvolvida na obra de Darcy. Porque, além de intelectual, ele foi um parlamentar ativo em momentos distintos na implementação de um modelo educacional.

No entanto, as especificidades do contexto do Brasil em relação à América Latina não foram apagadas, logo, também reconhecemos os limites impostos pela ideia de modernidade. Temos em vista os processos sócio-históricos que levaram à construção deste pensamento. Sendo assim, baseados em intelectuais como: Aníbal Quijano; Aimé Césaire; Walter Mignolo;

Boaventura de Sousa Santos; Nelson Maldonado-Torres; e Ramón Grosfoguel; dentre outros, tecemos um panorama explicativo da construção da ideia de modernidade e realizamos uma crítica a mesma. Assim, desvelamos os seus limites e contradições. A partir dos autores supracitados, apresentamos o conceito de decolonialidade como uma via alternativa à esta ideia. Portanto, ao tencionarmos as premissas destes intelectuais com as ideias darcynianas damos passos em direção à um diálogo profícuo com a abordagem decolonial, e assim é possível uma reflexão dos parâmetros ordenadores da educação brasileira.

Educação, Autonomia e Modernidade

A implementação do sistema educacional no Brasil a partir do século XX foi pautada pela ideia de modernidade. Refletindo os anseios da classe dirigente nacional de construir um Estado-Nação capaz de se equiparar às potências europeias e anglo-americanas. Logo, atingir os mesmos parâmetros civilizacionais destes países significava trilhar os mesmos caminhos de um modelo hegemônico de desenvolvimento. Isto gerou um ímpeto modernizador em gerações e intelectuais e políticos. Por um lado, redundou em uma estratégia de importar modelos institucionais alheios às singularidades da sociedade brasileira, por outro, um dos resultados foi a institucionalização do campo científico, artístico e educacional. Isto pode ser exemplificado com os eventos da: Primeira Semana de Arte Moderna (1922); a criação da Associação Brasileira de Educação (1924); a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Básica (1932); a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP (1933), dentre outras iniciativas.

Este cenário de transformações sociais no Brasil do século XX, ao longo dos anos, foi ocupado por dezenas de atores importantes, dentre eles há a figura do antropólogo e educador mineiro Darcy Ribeiro (1922-1997). À um só passo, no curso da sua carreira ele conseguiu ocupar postos destacados nas diferentes feições destes processos sociopolíticos e intelectuais. Depois de ter se graduado em ciências sociais com ênfase em etnologia na ELSP em 1946, Darcy se juntou ao Serviço de Proteção aos Índios – SPI (1947-1950), sob a coordenação do Marechal Cândido Rondon (1865-1958). O fruto das longas expedições etnológicas foi o reconhecimento acadêmico, com a publicação do livro “Religião e mitologia Kadiwéu” (1950), ganhador do “Prêmio Fábio Prado de Ensaio”. Obra que o projetou internacionalmente enquanto autoridade indigenista.

O destaque acadêmico possibilitou Darcy pleitear outros espaços, sobretudo, na vida pública. Membro muito ativo do SPI, participou da criação do Museu do Índio em 1953 e do

Parque Indígena do Xingu (1954-1957). Projetos que, no seu ideário, tinham o propósito político de preservar a cultura e memória das populações originárias não somente enquanto uma fonte para estudos. Também eram uma forma de democratização da cultura, para a formação de um povo brasileiro ciente das suas matrizes étnicas e orgulhosa de si (RIBEIRO, 1995).

Compôs a diretoria da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, na gestão 1955-1959. No mesmo ano, Darcy Ribeiro somando forças com o antropólogo Eduardo Galvão (1921-1976) criou o primeiro curso de Antropologia Cultural do país, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil³. O objetivo que orientou a instituição do curso era formar pesquisadores devidamente capacitados para lidar com a complexidade da temática indígena. Nesta instituição, Darcy iniciou a sua carreira docente proferindo diversos seminários sobre etnologia brasileira. Em uma das suas apresentações deu-se início a parceria duradoura com o educador Anísio Teixeira (1900-1971). Àquela altura, responsável pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, que estava tentando levar adiante um projeto de democratização e modernização da educação brasileira.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek (1902-1976) em 1955, a pauta desenvolvimentista entrou em cena, e foi o coração da sua gestão. Assim, Kubitschek pôs em prática o *slogan* “cinquenta anos em cinco!”. Este cenário político fez com que em 1957 facultou o convite de Anísio à Darcy para colaborar com as diretrizes educacionais do governo, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE. Nesta agremiação, o antropólogo ficou responsável por dirigir a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais – DEPS. Atuou ao lado de sociólogos como Florestan Fernandes (1920-1995) e Oracy Nogueira (1917-1996). Contribuiu na realização de pesquisas socioantropológicas para diagnosticar a realidade brasileira, e fornecer bases da reforma do modelo educacional do país (RIBEIRO, 1995, p. 12). A partir destes dados, Anísio e Darcy procuraram alterar o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB para massificar o acesso à educação.

No ano de 1959, Darcy foi encarregado da organização da Universidade de Brasília – UnB, inaugurada em 1961, e que foi designado o primeiro reitor da instituição. No ano seguinte o antropólogo deixou o cargo e assumiu o posto de Ministro da Educação e Cultura no governo de João Goulart (1919-1976). No entanto, a crescente insatisfação entre militares e civis durante o mandato de Goulart desaguou no Golpe de Militar em 1º de abril de 1964, obrigando diversos políticos, intelectuais e artistas ao exílio. Situação que também se abateu

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

sobre Darcy. Condenado a situação de apátrida de 1964 a 1976, o antropólogo mineiro optou em permanecer no continente latino-americano durante esta fase. Assim, pôde se manter politicamente ativo, juntando-se aos projetos de reforma universitária pela América Latina, e em África. Além disso, lecionou por diversas instituições latinas, bem como escreveu a sua coleção Estudos de Antropologia da Civilização, ensaios e romances. Nessas obras, Darcy buscou entender os processos de formação destas sociedades, e as razões do atraso e desigualdade dos povos latino-americanos. Portanto, elaborou um diagnóstico plural, objetivando encontrar modos de superação destes problemas.

Darcy foi reintegrado à UFRJ em 1979, e assumiu o cargo de diretor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. No ano seguinte, com o retorno do regime político pluripartidário, o antropólogo aliou-se a Leonel Brizola (1922-2004) para reorganização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Contudo, o Tribunal Superior Eleitoral os impediu de utilizar esta sigla, por isto adotaram a legenda de Partido Democrático Trabalhista (PDT). No ano de 1982, a chapa encabeçada por Brizola como governador e Darcy como vice foi eleita. Helena Bomeny (2001) descreveu a relação entre Darcy e Brizola enquanto autoridade com intimidade, uma vez que o antropólogo pôde acumular cargos visando contornar os expedientes burocráticos para acelerar os seus projetos políticos. Com isto, ele acumulou os cargos de coordenador do programa especial de educação e Secretário Extraordinário Estadual de Ciência e Cultura. A dupla função exercida por Darcy visava garantir o funcionamento do Plano Especial de Educação – PEE para a implementação dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs. Instituições de ensino pensadas para atender a população em vulnerabilidade socioeconômica. Eleito senador pelo Rio de Janeiro em 1990, Darcy recebeu de Brizola, novamente eleito governador, a função de coordenar a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF⁴. Esta instituição entrou em funcionamento em agosto de 1993.

O último ato político de Darcy na seara educacional foi em 1994, quando trabalhou pela na edição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Cumpre notar que este texto estava sendo discutido desde 1988, pois, viria a substituir a lei que estava em vigor desde o período ditatorial. Depois de muitos embates políticos e controvérsias com outros especialistas no campo educacional, a versão do documento com as modificações propostas Darcy se tornou o texto base de organização da educação nacional. Após a aprovação da lei pelo Congresso em 1996, Fernando Henrique Cardoso, presidente em

⁴ “Darcy Ribeiro” foi incorporado oficialmente ao nome da universidade enquanto uma homenagem póstuma.

exercício na época, sancionou com o nome “Lei Darcy Ribeiro”. No ano seguinte, Darcy Ribeiro faleceu em Brasília devido a complicações do câncer.

Democratização educacional e Modernidade

As transformações sociais e econômicas vivenciadas pelo Brasil no século XX, ligam-se diretamente ao âmbito educacional. Pois, essa instância era vista enquanto uma das principais forças transformadoras da realidade para construir um projeto de nação. Assim, no ano de 1932, esse anseio ganhou forma com o Movimento Escola Nova. Uma junção de intelectuais e reformadores incumbidos da missão de transformar o sistema de ensino, seguindo uma perspectiva moderna. Figuras como o sociólogo Fernando de Azevedo (1894-1974), e o educador Anísio Teixeira são alguns dos principais representantes do grupo. A proposta defendida pelo escolanovismo era a democratização do acesso à educação. A ideia residia em elaborar um sistema de ensino moderno de qualidade e aberto a todos. Por isso, o currículo escolar era centrado em desenvolver as aptidões do indivíduo para o seu ingresso no mercado de trabalho. Por esta razão estava em voga um grande projeto de pesquisas alicerçadas nos ditames das ciências sociais. Para Anísio, desta maneira seria possível prover uma base de dados fidedigna para melhor delimitar os parâmetros de implementação e funcionamento das instituições de ensino.

Libânia Nacif Xavier (1999, p. 144) destaca que a incorporação de Darcy a iniciativa do CBPE/DEPS deve-se pela simpatia de Anísio ao fato do antropólogo ser ex-comunista. Isto redundou na defesa de ideais igualitários e fidelidade partidária, e havia o fato que Anísio valorizava profissionais com experiência e inclinados para atividades práticas. Duas características amplamente conhecidas na trajetória de Darcy. Deve-se notar ainda, a influência do Marechal Cândido Rondon sob o antropólogo mineiro com os seus pressupostos humanistas. O que transformou Darcy em um militante da causa indígena, e preocupado com os problemas de integração das populações originárias aos setores urbanos. Após a parceria com Anísio, esta preocupação também se estendeu às camadas desassistidas pelas políticas públicas, nas cidades brasileiras. Durante o exílio, Darcy refletiu sobre as suas experiências político-intelectuais, no Brasil. Por isso, na elaboração das suas obras, a educação passou a ocupar um lugar de destaque para que a América Latina pudesse alcançar um padrão de modernidade autônomo e emancipatório.

Expatriado, Darcy Ribeiro elaborou uma proposição alternativa às origens das civilizações modernas e suas causas de atraso. Para isto, o antropólogo também buscou

entender as origens, e o funcionamento das construições vividas pelos países latino-americanos. Com isto, Darcy pôs em primeiro plano como a dinâmica de construção da modernidade estava fundada no colonialismo. O centro da sua explicação era o desenvolvimento tecnológico e científico. Ao seu ver, estes são fatores dinamizadores das sociedades que conformam a cultura e a ideologia nas diferentes etapas da evolução sociocultural dos povos (RIBEIRO, 1987). Segundo este autor, foi a partir do século XVII que houve um entrelaçamento da ciência e a expansão do capitalismo mercantil nascente, e isto culminou na Revolução Industrial. Assim, a crescente busca por novos mercados consumidores e fontes da matéria-prima resultou no colonialismo imposto à América Latina, África, Ásia e Oceania. Continentes que naquele momento, ainda não haviam alcançado o mesmo padrão do desenvolvimento tecnológico europeu. Darcy procurava,

mostrar que a evolução sociocultural é movida por uma sequência de revoluções tecnológicas que, renovando a tecnologia produtiva e militar, dão lugar ao desencadeamento de processos civilizatórios e ao aparecimento de novas formações socioeconômicas. As nações que primeiro configuram a nova civilização, atuando como focos de processos civilizatórios, desencadeiam movimentos cada vez mais amplos de expansão étnica e de dominação colonial, transfigurando o contexto internacional (RIBEIRO, 2013b, p. 33).

Darcy Ribeiro (1987, p. 50) distinguiu as diferentes etapas dos processos e a sua inter-relação da seguinte maneira: são oito revoluções tecnológicas⁵, treze processos civilizatórios gerais⁶ e dezessete formações socioculturais⁷. O antropólogo afirmou que, “as civilizações são a cristalização dos processos civilizatórios” (RIBEIRO, 1987, p. 53). A partir de um centro metropolitano é organizada toda a dominação político-econômica e influência cultural. A partir delas, surgem as Etnias Nacionais enquanto um elemento operativo do processo civilizatório e responsáveis por organizar politicamente o domínio de outros povos. Para

⁵ 1ºRevolução Agrícola, 2ºRevolução Urbana, 3º Revolução do Regadio,4º Revolução Metalúrgica, 5ºRevolução Pastoril, 6º Revolução Mercantil, 7º Revolução Industrial, 8º Revolução Termonuclear.

⁶ 1º Revolução Agrícola, 2º Expansão Pastoril, 3º Revolução Urbana, 4º Expansão Escravista, 5º Segunda Expansão Pastoril, 6º Revolução do Regadio, 7º Revolução Metalúrgica, 8º Revolução Pastoril, 9º Revolução Mercantil, 10º Expansão Capitalista, 11º Revolução Industrial, 12º Expansão, Socialista e 13º Revolução Termonuclear.

⁷ Aldeias Agrícolas Indiferenciadas; Hordas Pastoris Nômades; Estados Rurais Artesanais Coletivistas; Estados Rurais Artesanais Privatistas; Chefias Pastoris Nômades; Impérios Teocráticos de Regadio; Impérios Mercantis Escravistas; Impérios Despóticos Salvacionistas; Impérios Mercantis Salvacionistas; Colonialismo Escravista; Capitalismo Mercantil; Colonialismo Mercantil; Colonialismo de Povoamento; Imperialismo Industrial; Neocolonialismo; Socialismo Revolucionário; Socialismo Evolutivo e Nacionalismo Modernizador.

Darcy, o seu controle pode ser visualizado quando se estende às populações multiétnicas e elas tornam-se Macro Etnias.

Os povos subjugados pela dinâmica colonialista passam a sofrer com um processo de aculturação e interdependência estrutural e tecnológica. Por esta razão, é necessário retomar a condição de autonomia sobre o seu próprio destino (RIBEIRO, 1987, p. 54). Darcy remarcou que as nações atrasadas são incorporadas compulsoriamente no processo de desenvolvimento tecnológico, mas em uma posição de dependência. Logo, perdem a autonomia e sua modernização ocorre na condição de um reflexo das necessidades de outros povos. Nos termos do autor,

No corpo desses processos de incorporação ou atualização histórica é que se devem situar os movimentos através dos quais uma sociedade sofre os efeitos indiretos de alterações havidas no sistema adaptativo de outras sociedades. Em muitos casos, esses efeitos produzem profundas transformações progressistas em seu modo de vida, mas conduzem fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa [...] Por esse processo é que as populações latino-americanas, com a Independência, desatrelaram-se da condição de áreas coloniais de uma formação mercantil-salvacionista para cair na condição de áreas neocolonialistas de formações imperialistas industriais (RIBEIRO, 1987, p. 55).

As nações atrasadas no seu desenvolvimento tecnológico são convertidas enquanto um proletariado externo e dependente. Assim, Darcy apontou o domínio do saber científico como forma de superação deste quadro. Assim, seria possível que estes países reunissem condições para levar adiante a última revolução tecnológica aludida pelo antropólogo, a termonuclear (RIBEIRO, 1987, p. 56). Darcy descreveu que no nível cultural esta dinâmica de dominação perdurou a despeito dos processos de independência das nações latinas. Uma vez que a mudança do *status* político destes países não proporcionou uma mudança ideológica. Portanto, em termos práticos houve apenas uma mudança da composição da classe dirigente. A substituição dos europeus pelos seus descendentes – não brancos – que reproduziam a mesma estrutura social.

Por isso, Darcy (1970) defendeu que a revolução tecnológica nos países atrasados é uma pré-condição básica, porque ela possibilita a transformação na organização social interna. Logo, para o antropólogo seria possível “retirar os instrumentos de poder e formulação da ordem social das classes dominantes internas e seus associados internacionais igualmente comprometidos com o atraso” (RIBEIRO, 1970, p. 606). O autor definiu que:

Dentre esses últimos fatores ressalta a intencionalidade da política de grande potência da América do Norte em relação à América Latina. Esta política é instrumentada hoje por um vasto sistema de pesquisas científicas destinadas a conhecer nossa realidade social para nela atuar objetivamente, a fim de perpetuar sua hegemonia e alargar seus mecanismos empresariais de espoliação. Para tanto é

indispensável que nos instrumentos também com programas de pesquisa, estrategicamente formulados para desvendar as suas intenções, desmascarar seus mecanismos de proselitismo e, sobretudo, para opor ao projeto de desenvolvimento reflexo e dependente que eles querem impor, um projeto próprio de desenvolvimento pleno e autônomo. Tal é a tarefa dos cientistas sociais latino-americanos ou, ao menos, daqueles que não se querem ver transformados, por ação ou por omissão, em acólitos do domínio externos seus povos (RIBEIRO, 1978, p. 11).

A partir destas concepções, Darcy Ribeiro (2013a) elaborou a sua Antropologia Dialética, uma forma de interpretação das dinâmicas sociais brasileiras. Segundo Darcy, a forma de fazer antropologia no Brasil é, “um cientificismo desinteressado de qualquer elaboração teórica mais ambiciosa, quando se aplicam ao estudo de sociedades concretas cumprem, frequentemente, a função de justificar o *status quo*” (RIBEIRO, 2013a, p. 5). Portanto, na concepção do autor, isto justifica a necessidade de criar o conceito aludido, uma vez que ele ambiciona proporcionar a explicação sociopolítica das causas de atraso nacional.

Darcy (2013a, p. 18) mostrou como o patriarcado nacional constitui uma das formas de atraso da sociedade brasileira. Esta classe viu no processo de independência nacional uma janela de oportunidade para garantir privilégios ocupando cargos públicos. No entanto, a elite precisava realizar uma tarefa dupla para garantir uma sociedade nacional autônoma, que fosse capaz de garantir-lhes benefícios. Desta maneira, os desafios essenciais a serem cumpridos eram,

as tarefas de converter o sistema tecnológico produtivo, destinado a operar como um enclave colonial, em uma economia nacional autônoma; o desafio de renovar a ordenação social de modo a criar uma estrutura de poder que eliminasse os sistemas arcaicos de conscrição da força de trabalho, permitindo integrar toda a população na sociedade nacional como produtores e consumidores e como cidadãos participantes da vida pública (RIBEIRO, 2013a, p. 18).

Por esta razão, Darcy (2013a, p. 41) fez uma ressalva acerca do avanço tecnológico, pois, ainda que ele propicie um avanço produtivo e um maior acúmulo de recursos materiais, não necessariamente a sociedade irá se beneficiar do processo. Em decorrência disso, ocorre a estratificação social em classes. À vista disso,

A estrutura de poder se configura, em cada momento, como uma ordenação sociopolítica que institui e garante a forma de apropriação de bens; que regula os modos de conscrição da mão de obra e que institui a forma de distribuição dos produtos do trabalho. E, ainda, como uma institucionalização dos órgãos de regência da vida política e de manutenção do regime (RIBEIRO, 2013a, p. 43).

Sendo assim, o atraso nacional na perspectiva de Darcy, se explica pela continuidade dos mesmos quadros dirigentes após a independência, porque, a expansão do aparato estatal culminou na necessidade de formação da mão-de-obra especializada. Portanto, era indispensável a criação de escolas médias e superiores. Entretanto, o autor destacou que neste

processo, “à criação das escolas para as elites não correspondeu qualquer programa de educação de massas, o povo brasileiro permaneceu analfabeto” (RIBEIRO, 1995, p. 252).

O antropólogo (1995, p. 253) sublinhou que, a ampliação da camada burocrática não conseguiu racionalizar a vida social brasileira. No que concerne aos estratos pobres da população, este processo foi ineficiente em anular as heterogeneidades socioculturais nas diferentes regiões do país. Isto porque, estas distinções refletem as formas específicas da adaptação da coletividade à natureza, e a conformação das relações sociais e econômicas a partir das condicionantes impostas. Darcy (1995) definiu que as elites brasileiras têm distinções entre elas fundamentadas em suas regiões de origem. Mas, eram homogêneas em propiciar a desigualdade e se distanciar do povo. Segundo o autor,

O sistema econômico e político, gerando o mesmo tipo de estratificação e ordenação cívica, criou em cada unidade a mesma forma de hierarquização que qualificava, face à sociedade total, as camadas dirigentes de cada variante como componentes da mesma estrutura de poder, e as fez essencialmente solidárias frente à ameaça comum representada pelo antagonismo das classes oprimidas. O patronato, na função de coordenador das atividades produtivas, e o patriarcado, no exercício do papel de ordenador da vida social, puderam assim fazer frente a todas as tendências dissociativas, preservando a unidade nacional. Desse modo é que o Brasil se implanta como sociedade nacional sobre um imenso território, envolvendo milhões de pessoas mediante o crescimento e diversificação adaptativa do núcleo unitário original, simultaneamente com o estabelecimento de representações locais da mesma classe dirigente cada uma das variantes regionais (RIBEIRO, 1995, pp. 254-255).

Para Darcy (1969) este aspecto estava diretamente ligado às instituições de ensino superior do país, caracterizadas pelo seu isolamento entre si e a baixa preocupação com a realidade e o destino nacional. Segundo o antropólogo, houve um descomprometimento com avanço científico nas universidades brasileiras. Por isso, as pesquisas desenvolvidas nestas instituições não eram originais, embora parte delas tenha sido realizada por profissionais de talento extraordinário (RIBEIRO, 1969, p. 101). O autor revelou que isso acaba se convertendo em uma forma de perpetuação do atraso e da dominação, pois,

Esta situação revela a disfuncionalidade essencial de uma pseudo-investigação, conducente às formas mais graves de dissimulação, justificadoras do não-cumprimento das funções docentes em nome das mais elevadas preocupações pela ciência e que transferem o mérito das pesquisas realizadas para reduzidos círculos internos ou para centros universitários do exterior (RIBEIRO, 1969, p. 101).

Darcy Ribeiro (1969, p. 8) salientou que as estruturas conflituosas da sociedade afetam diretamente as universidades. Para romper com essas dinâmicas, o ensino superior nos países latinos deve operar em prol da aceleração evolutiva, porque estas nações estão em uma situação de atraso. Pois, a classe dominante anseia apenas uma “modernização reflexa” (RIBEIRO, 1969, 12). O que acentua o grau de desigualdade existente por meio da

perpetuação das estruturas sociais, porque, a modernização reflexa, é uma cópia acrítica de aspectos das sociedades norte-americana e europeia com propósito de beneficiar apenas as classes dominantes. Portanto, é necessário democratizar o acesso à universidade, e renovar a orientação do seu funcionamento.

Darcy Ribeiro (1978, pp. 80-81) ancorado nas teóricas e políticas expostas acima explicitou qual o papel que a UnB deveria protagonizar na sociedade brasileira. A instituição deveria funcionar enquanto um órgão de assessoramento do poder público, visto a sua proximidade com a capital do país. Desta maneira, a universidade tinha o dever promover o amadurecimento da consciência crítica nacional. Por isso, a ideia central era tirar a concepção de espontaneísta do ensino superior, e voltar os seus esforços para os problemas mais agudos da sociedade. Portanto, a universidade deveria possuir: “a fidelidade aos padrões internacionais de saber e à busca soluções para os problemas nacionais” (RIBEIRO, 1978, p. 87).

Para Darcy, a educação deveria exercer um papel civilizador na sociedade latino-americana, principalmente, a brasileira. Por isto, as universidades têm a função de dominar o saber técnico de ponta, e combiná-lo com a formação humanística do mais alto nível. Elas devem, ainda, auxiliar no desenvolvimento técnico-produtivo formando mão-de-obra qualificada. Conduzir pesquisas científicas de ponta interessadas em solucionar os problemas da realidade nacional. Assim, estaria em curso um projeto de modernização capaz de tornar os países e terceiro mundo autônomos. Nos termos de Darcy,

Às nações subdesenvolvidas cabe enfrentar a tarefa totalmente distinta de criar uma universidade que seja capaz de atuar como motor do desenvolvimento. Cumpre-nos perguntar, entretanto, se é possível inverter aquela seqüência, isto é, criar uma estrutura universitária que não seja reflexo do desenvolvimento atingido pela sociedade, mas que seja ela um agente de aceleração do progresso global da nação (RIBEIRO, 1969, pp. 31-32).

O antropólogo definiu que a UENF seria uma universidade moderna, com a função de atualizar o país por meio da tecnologia e sua aplicação fecunda. Esta instituição surgiu sob a alcunha de acompanhar o desenvolvimento da “Civilização Emergente” (RIBEIRO, 1993, p. 14). Este termo para o autor designava um novo milênio que se iniciava, no qual prevalece o domínio tecnológico dos diferentes campos do saber para se atingir a autonomia plena. Premissa que se coaduna com a realidade da região norte-noroeste do Rio de Janeiro, com a exploração petrolífera e potencial de industrialização. Sendo assim,

A tarefa da Universidade é formar e aperfeiçoar a mão-de-obra qualificada de que a sociedade necessita para a operação da modernização da indústria dos serviços e da agricultura. Não trata, porém, tão-só de repor ampliada a sua força de trabalho

tecnicamente adestrada. O desafio que enfrentamos é formar pessoas motivadas e capacitadas para a reconstrução de nossa realidade social, a fim de fazer o brasileiro comum mais próspero, mais livre e mais feliz (RIBEIRO, 1993, p. 45).

É de se notar que esta concepção de educação politicamente engajada, e comprometida com o destino nacional surgiu a partir das experiências de Darcy na fase que antecede o exílio. Uma vez fora do país, e participando de outras iniciativas, o antropólogo amadureceu estas concepções e as sistematizou no plano acadêmico na coleção Estudos de Antropologia da Civilização, e no livro ‘A Universidade Necessária’ (1969). Este último título em especial reflete as experiências em torno da organização e esvaziamento da UnB, em virtude do Golpe Militar. Portanto, deve-se reter que a partir do período expatriado, os textos de Darcy, no âmbito educacional, passaram a definir explicitamente quais papéis as instituições de ensino deveriam exercer no propósito de modernizar a nação.

Diante o exposto, o caminho para a modernidade no pensamento darcyniano é um entrelaçamento da sua proposta política de superação do subdesenvolvimento, e busca por autonomia dos cultural e material dos países latino-americanos. Com isto, a educação tem um papel central neste processo. As instituições de ensino superior e os profissionais formados por ela deveriam pautar as suas ações e formas de produção de conhecimento segundo as vicissitudes da realidade nacional. Pode-se notar que a experiência do exílio contribuiu para a elaboração da postura anti-imperialista de Darcy Ribeiro, que voltou as suas atenções para as especialidades socioculturais do Brasil e da América Latina. Em suma, estas concepções pautaram as suas interpretações teóricas, e focalizam a busca pela autonomia nacional em propostas educacionais alicerçadas na premissa da inclusão do outro, isto é, as camadas historicamente marginalizadas na sociedade brasileira. Logo, Darcy buscou criar um projeto intelectual e político autônomo que rompe os ditames eurocêtricos, no entanto, sem rebaixar os padrões de produção de conhecimento. Portanto, é isto que possibilita um diálogo fecundo as teorias pós e decoloniais acerca da crítica a ideia de modernidade, e como ela se aplica ao sistema de educação sul-americano, com ênfase no modelo brasileiro.

Modernidade e Colonialidade

Sobre a ideia de modernidade, Walter Mignolo (2017, p. 4) argumenta que esta surgiu primeiramente como uma forma de colonização do tempo e espaço. Segundo Mignolo (2017, p. 4), as suas concepções formam as bases da civilização ocidental. “A colonização do tempo foi criada pela invenção renascentista da Idade Média, e a colonização do espaço foi criada

pela colonização e conquista do Novo Mundo” (MIGNOLO, 2017, p. 4). O autor destaca que a construção da colonialidade envolve os recursos naturais das regiões dominadas. Por isso, foi possível a criação de um sistema de legitimação teológico secular, no qual criava-se uma epistemologia de justificação de relações desiguais. Mignolo sublinha que a retórica da modernidade chancelou “práticas econômicas que dispensavam vidas humanas, e o conhecimento, justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis” (MIGNOLO, 2017, p. 4).

Mignolo (2017, p. 10) advoga que essa forma de pensar é legitimada pela ideia de ‘conhecimento’, uma vez que essa lógica se reproduz em diversos campos do saber. Pois, as instituições e agentes sociais portadores desta lógica se sustentam por meio da educação. A contrapartida a essa estrutura seria o pensamento decolonial, que consiste em um esforço analítico para entender os desdobramentos dessa dinâmica a fim de superar a lógica da colonialidade. Esse propósito se faz necessário para desvelar as bases do pensamento colonial subjacente à ideia de modernidade. Por essa razão, a maneira de se pensar e administrar as regiões colonizadas obedece aos parâmetros de pensamento inaugurados na Europa (MIGNOLO, 2017, p. 6). O autor ressalta que a partir dessa relação surgem duas características exercidas por essa estrutura de poder:

por um lado, era a mediação para a ontologia do mundo, assim como um modo de ser no mundo (a subjetividade); por outro lado, uma vez que o conhecimento era concebido imperialmente como o verdadeiro conhecimento, se tornou uma mercadoria para ser exportada àqueles cujo conhecimento era alternativo ou não moderno, segundo a teologia cristã e, depois, a filosofia secular e as ciências (MIGNOLO, 2017., p. 8).

Assim, o secularismo acabou por deslocar a figura do Deus cristão enquanto fonte de conhecimento, ressalta Mignolo (2017, p. 9). A razão ganha espaço, de modo que se assenta sobre o ego. Contudo, o autor destaca que apesar dessa significativa transformação na matriz do pensamento ocidental, o esforço de manter o controle epistêmico segundo um ponto vista colonial se mantém. Neste aspecto, o autor sublinha que, “No caso da formação e educação, a revolução tecnológica está criando um tipo de sujeito, cujo “conhecimento” consiste em passar o tempo empacotando o “conhecimento” segundo as opções tecnológicas do menu” (MIGNOLO, 2017, p. 9).

Em vista da proposta da agenda decolonial, o autor (2017, p. 15) adverte que essa matriz de pensamento não tem o propósito de dominar, e sim, de esclarecer. Objetivando explicitar que o futuro global não pode mais ser pensado por uma única via. Por conseguinte, Walter Mignolo mostra que não há sentido falar de “opções” em uma perspectiva que

apresenta apenas uma alternativa de futuro.

No contexto das produções pós-coloniais e decoloniais, há uma série de críticas à ideia de modernidade. Segundo Boaventura de Souza Santos (2010), essa categoria foi utilizada como base para construção das nações latino-americanas. Porém, o conceito não se mostrou democratizante como se fez parecer. Por isso, o sociólogo contesta a legitimidade nacional-popular. Pois, segundo Santos (2010, p. 9), na atualidade já não é mais possível omitir quais países ficaram de fora do projeto democrático, ou seja, o reconhecimento e garantia da soberania nacional. A resultante desta exclusão é que em virtude do longo contexto de dominação colonial, essas nações são incapazes de criar uma forma de estado plenamente adequada às suas necessidades. Para este sociólogo, este quadro resulta na situação abaixo:

Lo popular, al mismo tiempo que cuestiona a las clases dominantes por hacer de la nación cívica una ilusión de resultados (ciudadanía excluyente), cuestiona también la nación cívica por ser la ilusión originaria que hace posible la invisibilidad/exclusión de las naciones étnico-culturales (SANTOS, 2010, p. 9).

Santos (2010, p. 14) argumenta que na atualidade, o pensamento crítico se deixou bloquear pela dificuldade de pensar o fim do colonialismo. Por isso, o resultado alcançado por essa postura é a negação do colonialismo e dos efeitos legados por ele. Nesse esquema interpretativo, os processos de independência nacional culminaram na aniquilação total do sistema. Por esse motivo, o anticapitalismo tem sido a principal bandeira de luta política de muitos setores progressistas. Assim, centram-se na luta de classes, sem reconhecer a validade das lutas étnico-raciais. Segundo o sociólogo há uma valorização com símbolos de superação da colonialidade. Deste modo, resultando na celebração da ideia de uma suposta democracia racial. Diante a situação exposta, Santos elabora a seguinte crítica. “La dominación de clase y la dominación étnico-racial se alimentan mutuamente, por tanto, la lucha por la igualdad no puede estar separada de la lucha por el reconocimiento de la diferencia” (SANTOS, 2010, p. 15).

Para Santos (2010, p. 18), a não dissolução destas relações por parte da teoria crítica adotada pelo campo progressista engendra uma “relação fantasmal”. Isto é, uma distância alargada entre a teoria e da prática que se pretende diante da realidade objetiva. O sociólogo (2010, p. 18) assinala que esse problema se origina pelo fato que as teorias críticas surgiram de países centrais na dinâmica do capitalismo, logo, elas resguardam uma característica eurocêntrica: se pretenderem universalistas. Por isto, desejam influenciar diversas lutas progressistas mundo afora. Contudo, os embates existentes no sul global ocorrem em um contexto muito diferente e repleto de especificidades. Portanto, pode-se afirmar que esses

preceitos operam na mesma chave da colonialidade.

No projeto de modernidade, a concepção de tempo é importante para entender como ocorre a dominação e as suas formas de justificação. Apresenta-se uma única maneira falseada de se enxergar o passado. Ele é mostrado como um espaço vazio de significação, de maneira que favorece a perspectiva única de futuro. Também se mostra inevitável e homogêneo, em decorrência do apagamento histórico das diversas experiências coletivas (SANTOS, 2010, p. 34). Destarte, a ideia de modernidade conduz esse procedimento ao fundamentar um sistema de conceituação que efetua separações ontológicas entre grupos humanos. Assegurando a legitimidade da estrutura de dominação. Para tanto,

El pensamiento moderno occidental avanza operando sobre líneas abismales que dividen lo humano de lo subhumano de tal modo que los principios humanos no quedan comprometidos por prácticas inhumanas. Las colonias proveyeron un modelo de exclusión radical que prevalece hoy en día en el pensamiento y práctica occidental moderna como lo hicieron durante el ciclo colonial. Hoy como entonces, la creación y la negación del otro lado de la línea son constitutivas de los principios y prácticas hegemónicas (SANTOS, 2010, p. 36).

Em vista disso, o autor supracitado define que a história da trajetória da modernidade ocidental está assentada sobre o imperialismo cultural e o epistemicídio (SANTOS, 2010, p. 82).

Áime Césaire (2020, p. 11) em suas reflexões acerca dos efeitos do colonialismo, afirmou que uma civilização incapaz de resolver os problemas, é uma civilização decadente. Segundo o autor, as contradições da civilização europeia e ocidental advém dos contornos que receberam do regime burguês por mais de dois séculos. Assim, este modelo de sociedade se caracteriza por ser incapaz de solucionar os dilemas gerados pela sua existência: o problema do proletariado e o problema colonial. Césaire (2020, p. 14) mostra a dimensão cultural imbricada nesse processo, e destaca o papel historicamente exercido pelo cristianismo. Na sua avaliação, esta doutrina elaborou uma equação desonesta na qual os valores cristãos significavam ‘civilização’, ao passo que os valores pagãos eram ‘selvagens’. Consequentemente, “só poderiam resultar consequências colonialistas e racistas abomináveis, cujas vítimas deveriam ser os índios, os amarelos, os negros” (CÉSAIRE, 2020, p. 14).

Césaire (2020, p. 22) desnaturalizou o processo de colonização, uma vez que ressaltou que nenhuma nação perpetra este ato contra outra de forma inocente. O colonialismo é uma dinâmica operada por uma nação moralmente ferida, que encontra formas de justificar este ato de força, enquanto nega cada um dos seus resultados. No entanto, o efeito gerado por isso, é que em seu próprio território surjam lideranças autoritárias, sobretudo, em governos de massa que empreguem as mesmas medidas coloniais em solo europeu. Portanto, “de consequência

em consequência, de negação em negação, é que chama a seu Hitler, quero dizer, seu Castigo” (CÉSAIRE, 2020, p. 22).

Educação e Colonialidade

Como sugeriu Aníbal Quijano (2018, p. 1930), a colonização material é possível através da colonização cognitiva. Dessa forma, ao relacionarmos o sistema educacional brasileiro à discussão de colonialidade estamos buscando evidenciar que as relações de dominação estabelecidas pela colonização são bem-sucedidas, pois há a colonização dos sujeitos. A escola e a universidade possuem um papel significativo neste processo, ao se constituírem enquanto espaços de transmissão das mitologias elaboradas pelos colonizadores. Camila Penna (2014) desvela que isso ocorre a partir da educação bancária, cujo processo de ensino-aprendizagem ocorre sem nenhum tipo de reflexão e problematização dos temas, mas retomaremos essa discussão adiante.

Importante salientar que, o colonialismo trata-se estritamente da estrutura de dominação e exploração na qual o controle da autoridade política, dos recursos, e da produção do trabalho de uma determinada população é realizado por outra população de identidade diferente. Contudo, Quijano advertiu que isso não necessariamente implica em relações racistas (QUIJANO, 2004, p. 285). Assim, o colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais. Já o colonialismo moderno refere-se aos modos específicos pelos quais os impérios ocidentais dominaram a maior parte do mundo desde a “descoberta” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 35).

A colonialidade é compreendido como um dos elementos do padrão mundial de dominação capitalista. Fundada na imposição e na classificação racial e étnica, permeando todos os aspectos da vida social, como destaca María Lugones (2020). Já para Nelson Maldonado-Torres (2019), a colonialidade refere-se, “a lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2019, pp. 35-36). Maldonado-Torres (2019) explora três dimensões da colonialidade, a saber: a colonização do poder, do ser e do saber. Isto porque, ele acredita que as visões de mundo não se sustentam somente pela virtude do poder. Sobre a primeira, Penna diz que,

Quijano (2005) aponta para outro aspecto da colonialidade, de acordo com ele a colonialidade cria um novo padrão de poder cujo eixo central é a “raça”, ou a classificação da população mundial sobre a ideia de raça – forjada com a descoberta e colonização da América. A partir da colonização ibérica as relações sociais e de trabalho passam a ser pautadas pela noção de raça (entendida homogênea)

como característica do dominado). Contudo, essa classificação produzida no colonialismo teria se mostrado mais duradoura que ele próprio. É, portanto, um elemento de colonialidade ainda presente no padrão de poder mundial hegemônico atualmente – daí a ideia de “colonialidade do poder” (PENNA, 2014, p. 184).

O conceito de colonialidade do poder traz de novo a leitura da raça e do racismo como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123). A colonialidade do saber está relacionada à imposição da racionalidade ocidental, cujas origens são eurocêntricas, ela é admitida pelo capitalismo como a única forma de racionalidade válida e como emblema da modernidade. Como afirmou Quijano (2004, p. 287), assim naturalizam-se experiências, identidades, e relações históricas do poder capitalista. Por fim, a colonialidade do ser envolve a introdução da lógica colonial nas concepções e na experiência de tempo e espaço, bem como na subjetividade. Desta maneira, podendo incluir a colonialidade da visão e dos demais sentidos, que são meios em virtude dos quais os sujeitos têm um senso de si e do seu mundo (MALDONADO-TORRES, 2019, pp. 43-44).

No mundo colonial do capitalismo os elementos cruciais foram a combinação de relações de exploração de trabalho (QUIJANO, 2004, p. 757). Isso levou a produção de novas identidades históricas como “índigena”, “negro”, “branco” e “mestiço”. Posteriormente, estes conceitos foram impostos como categorias básicas de relações de dominação e como fundamento de uma cultura de racismo e etnicismo. O autor evidenciou que o racismo foi criado no continente americano, e reproduzido nas outras partes do mundo colonizado. Além da imposição da classificação racial, Lugones (2020) situa o gênero como outra imposição colonial que assim como a raça são ficções poderosas. Para esta autora, é necessário entender o lugar de gênero nas sociedades pré-coloniais de modo mais complexo. Pois, ele se dá concomitantemente aos processos constitutivos do capitalismo eurocêntrico colonial/moderno. Estes processos, por sua vez, são permeados pela colonialidade do poder e resultam na violenta inferiorização das mulheres colonizadas.

Fica nítido que a civilização ocidental se ergueu pela invasão de territórios já habitados. De modo que, a dominação dos impérios sobre as colônias passa a ser justificada a partir da dicotomia atraso/avanço, Walter Mignolo (2017) afirma que essa apologia foi utilizada nos últimos 500 anos. Para este autor, a matriz colonial forma-se com o entrelaçamento de eventos histórico-culturais heterogêneos. Por isso, esses acontecimentos são unidos e divididos pela modernidade/colonialidade. Mignolo destaca que as consequências desse enclave são as oposições “leis imperiais/regras coloniais e o centro/às

periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial” (MIGNOLO, 2017, p. 10).

A construção desse pensamento linear está associada a um formato de produção de conhecimento cuja finalidade é dar subsídios às necessidades cognitivas do capitalismo, a medição, a quantificação e a objetificação do cognoscível em relação ao conhecedor ou cognoscente (QUIJANO, 2004). Compreendendo a hegemonia ocidental, os autores afrodiaspóricos/as, africanos/as e americanos/as colocam em xeque o discurso colonial. Passam a reivindicar seus lugares de origem como lugares de fala e de produção intelectual, aqui se situa a decolonialidade.

Vale frisar as distinções entre descolonização e decolonialidade, pois, a primeira define-se pelos processos de libertação dos territórios colonizados. Enquanto a segunda é definida pelos autores Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), como a teoria que tematiza a fronteira ou o entrelugar como espaço de rupturas com os binarismos estabelecidos pelo sistema-mundo moderno/colonial. Além do mais, as fronteiras são vistas nesta teoria como lócus enunciativos nos quais são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. Nisso está implícito a conexão entre o lugar e o pensamento, ou seja, conhecimento situado. Para Bernadino-Costa e Grosfoguel, o pensamento de fronteira é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade. Para isso, é necessário extinguir com essencialismos. Estes autores apontam o pensamento de fronteira como um pensamento que dialoga com a modernidade, entretanto, a partir de perspectivas subalternas.

O que une as dimensões da colonialidade é o sujeito colonizado. Maldonado-Torres (2019, p. 44) propõe que o chamemos de condenados. Eles e elas estão localizados fora do espaço e do tempo humano, assim, são descobertos juntos com suas terras. Não podem assumir a posição de produção do conhecimento, pois são eles (as) os objetos de estudo. A representação dessas pessoas os faz rejeitar-se, enquanto mantidos abaixo das dinâmicas usuais de acumulação e exploração. Eles e elas podem somente aspirar ascender na estrutura de poder pelos modos de assimilação que não são inteiramente exitosos.

Segundo Bernardino-Costa e Grosfoguel “O pensamento de fronteira é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade” (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 15). Implicando uma atitude decolonial do “condenado”, entendido por Maldonado-Torres (2019). Uma entidade criada a partir do cruzamento da colonialidade do saber, poder e ser, que tem o potencial de se afastar dos imperativos e normas que são impostos a ele com o objetivo de separá-lo de si.

Atitude refere-se à orientação do sujeito em relação ao saber, ao poder e ao ser. Portanto, uma mudança na atitude é crucial para um engajamento crítico contra a colonialidade do poder, saber e ser e para colocar a decolonialidade como um projeto. A atitude decolonial é, então crucial para o projeto decolonial e vice-versa (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 45).

Enquanto um projeto inacabado, a decolonialidade apresenta a emergência do condenado como pensador, criador e ativista e com a formação de comunidades que se juntam à luta pela descolonização (MALDONADO-TORRES, 2019). Representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, supõe a construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 24). Dentro deste projeto, Maldonado-Torres evidencia a urgência do giro decolonial. Luciana Ballestrin (2003) diz que,

“Giro decolonial” é um termo cunhado originalmente por Nelson Maldonado-Torres em 2005 e que basicamente significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da modernidade/colonialidade (BALLESTRIN, 2013, p. 105).

A discussão apresentada até aqui é bastante relevante para as reflexões acerca do sistema de educação brasileiro. Pois, trata-se de um país de uma ex-colônia com especificidades. Por exemplo, o processo de descolonização que não se deu por meio de guerra, e sim por uma sucessão de acordos políticos. Logo, o ideário pró-independência não foi amplamente difundido. Camila Penna (2014) aproxima as reflexões de Paulo Freire (1921-1997) aos paradigmas decoloniais. Isto é possível, porque Freire questionou este formato educacional desde a década de 1970. Para Freire, a educação brasileira se constituiu a partir do modelo bancário, isto é, os temas são transmitidos para o educando que é visto pelo educador como um “depósito bancário”.

Muitos desses temas são ficções/mitos criados pelo colonizador para sustentar a colonialidade do ser. Penna (2014, p. 188) elenca alguns destes mitos descritos na obra de Freire, eles são: a noção de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade, a ideia de que todos são livres para escolher o trabalho. Outros mitos são sublinhados por ela: como o mito de que há emprego suficiente para o trabalhador insatisfeito buscar outro; o mito de que todos podem ser empresários de sucesso; o mito de igualdade de classe, ou ainda o mito do heroísmo da classe opressora.

Esses mitos são transformados em conhecimentos inquestionáveis e ganham caráter de neutralidade. Entretanto, por trás dessa neutralidade, há o que Grosfoguel (2016) chama de privilégio epistêmico dos homens ocidentais. Para ele,

O racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais /coloniais /patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) têm dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais (GROSGUÉL, 2016, p. 25).

Fica nítido que o racismo epistêmico sobrepõe o conhecimento produzido pelo ocidente em detrimento de outros, ele estabelece outra dicotomia: conhecimento superior/conhecimento inferior. Este racismo fica nítido na eleição dos conhecimentos e disciplinas obrigatórias na educação brasileira. Se faz pertinente retornar às reflexões de Freire, à medida em que o intelectual acredita na educação libertadora enquanto caminho para superação da visão fatalista da realidade. Pois, ela é possível de ser transformada. Este autor acredita na elaboração de um projeto pedagógico que vise à formação crítica da realidade opressora pelos educandos, a partir do estímulo à problematização desses temas inquestionáveis e de condições naturalizadas (PENNA, 2014, p. 191). O fim da visão fatalista perpassa a ruptura com as mitologias opressivas. Penna (2014, p. 191) acredita que a educação libertadora tem papel fundamental neste processo. Já que a problematização dos aspectos da realidade tanto auxilia na compreensão do educando sobre a estrutura opressora, quanto possibilita que esse sujeito se localize no bojo desta estrutura.

Camila Penna (2014) correlaciona a educação libertadora, de Paulo Freire, à descolonização do ser. Pois, como a perspectiva decolonial objetiva, dentre outras coisas, o lugar de fala e a proposta de Freire é devolver a palavra ao oprimido. Ambos estão buscando desafiar o discurso moderno hegemônico. Outras proximidades entre a obra do autor e os pontos de vistas decoloniais, são:

a compreensão dialética da relação oprimido/opressor e da relação colonialidade/modernidade; o destaque da dimensão subjetiva de dominação expressa nas ideias de “invasão cultural” e “colonização do ser”; e o argumento de que são os mitos da estrutura opressora e do eurocentrismo que sustentam essa dominação cognitiva, que por sua vez é essencial à dominação material (PENNA, 2014, p. 196).

Civilização Revisitada: a descentralização da Europa

Ao retornar à Darcy Ribeiro, é necessário pensá-lo enquanto um militante, autor e político fruto de seu tempo. Um indivíduo explicitamente comprometido com agenda pública e intelectual em voga na América Latina, principalmente no Brasil. A questão na segunda

metade do século XX era a construção de alternativas de resolução para o quadro de dependência estrutural perante a América do Norte e Europa. Este quadro impactou as dinâmicas internas dos países latino-americanos nos planos político, econômico, cultural e educacional. Por isso, a agenda acadêmica também foi afetada. Isto ocorreu, mediante a incorporação de autores, teorias e técnicas produzidas alhures, que embora fossem avançadas, pouco dialogavam com a realidade destes países.

Por isso, Filipe A. Pinto (2010) advoga que Darcy Ribeiro não pode ser alocado no rol dos pensadores pós-coloniais. Pelo fato de elaborar as suas premissas explicativas das condições de atraso relativo brasileiro, tendo como bases argumentativas categorias como nação e identidade. Pinto (2010, pp. 160-161) levanta que estes termos foram construídos a partir de uma dinâmica pautada em relações de poder baseadas em dinâmicas colonialistas. Utilizá-las, pressupõe a aceitação implícita dos valores do colonizador. Pinto (2010, pp. 160-161) ressalta que um dos pontos centrais na discussão pós-colonial é a dissolução destas categorias essencializadoras.

Segundo Pinto (2010, p. 162), Darcy Ribeiro estaria situado em uma perspectiva anti-imperialista. Em virtude de o antropólogo pensar no caminho em direção a emancipação do Brasil contra as diversas formas de dependência a qual foi submetido. Graças a isto, os postulados darcynianos constituem um dos pilares necessários à edificação de uma perspectiva pós-colonial autêntica. Darcy manteve esta perspectiva na elaboração e implementação dos seus empreendimentos político-educacionais, de modo que atribuiu a instituição universitária o papel de ser motriz deste movimento. A postura de Darcy Ribeiro se caracteriza pela recusa a absorção acrítica das categorias teóricas, e modelos institucionais europeus e estadunidenses em suas iniciativas político-intelectuais. Isto porque, as concepções de Darcy sobre a América Latina têm como um dos seus pilares o reconhecimento das alteridades históricas, culturais, étnicas e políticas destas sociedades. Características legadas por um trauma em comum: o colonialismo. No entanto, esta marca assumiu contornos específicos em cada sociedade no decurso dos séculos. Portanto, para a construção de um projeto autônomo, é necessário o reconhecimento destas diferenças. Abordagem que cria um espaço profícuo para o diálogo das abordagens pós e decoloniais.

Conclusão

A organização do sistema educacional brasileiro foi processo social e político marcado pelas necessidades de um país em mudanças. Com isto, estava em primeiro plano um ideário

de modernização nacional que perpassou diferentes instancias do saber, e ocupou o ideário de políticos, gestores, docentes e intelectuais, bem de figuras que a um só passo exerceram estas quatro instancias. Em outras palavras, pode ser exemplificado no percurso de homem público e acadêmico de Darcy Ribeiro. Durante o século XX, o Brasil procurava implementar a uma agenda desenvolvimentista, e esta tarefa ganhou diferentes contornos a depender dos grupos e atores em torno desta proposta. Darcy Ribeiro viu no desenvolvimento da ciência e tecnologia um forma de atingir a autonomia da América Latina, e do Brasil. Portanto, a produção de conhecimento tinha uma função política, de estar interessada em resolução dos problemas das sociedades latino-americanas. Logo, na perspectiva darcyniana, era necessário o desenvolvimento de um modelo institucional, e a formação de cientistas vocacionados para a resolução destas questões. Assim, isto implicava em um processo de assimilação crítica dos postulados científicos mais avançados, e a sua democratização por diferentes formas para todos setores das sociedades que a sua utilização fosse necessária.

Portanto, a aproximação de Darcy Ribeiro da abordagem decolonial ocorre por meio da crítica que ele realizou as instituições, e a sua forma de produzir conhecimento alicerçadas em moldes e anseios sócio-políticos anglo-americano e europeus. Cabe ressaltar, que esta postura foi reificada por meio da sua experiência de exílio na América Latina, onde ele circulou por diversos países ao longo dos doze anos de desterro. Desta maneira, a alteridade cultural destes povos passou a ser uma marca registrada nas suas obras, e iniciativas educacionais e políticas. Assim, o antropólogo mineiro se posicionou criticamente as investidas imperialistas que recaiam sobre os anseios de desenvolvimento autônomo dos países latinos. No entanto, o anseio darcyniano de construir um modelo de desenvolvimento é o que o afasta da proposta decolonial elaborada por Aníbal Quijano (2014), Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2019). Pois, para estes sociólogos, não tem um modelo desenvolvimento social e político no sentido corrente enquanto uma prioridade. Mas, um projeto, no sentido de prover um giro decolonial, visando alterar as bases conceituais que compõe a ideia de modernidade.

Uma vez que este conceito exerce um papel fundamental na organização do ocidente, sobretudo, nos países na condição de ex-colônias europeias. Sendo assim, as perspectivas de Darcy Ribeiro se fazem muito atuais visto às condicionantes implementação e organização do ensino na sociedade brasileira: uma educação vocacionada quase que exclusivamente para o trabalho, sobretudo, das camadas populares. A premissa de formação integral, e a difusão de bens culturais historicamente ficou restrita às elites. Assim, a sua aproximação de Darcy Ribeiro com a perspectiva decolonial repousa na reimaginação das bases teóricas acerca da

cultura, e desenvolvimento, no sentido de evidenciar como o processo colonial marcou perpetuamente estas sociedades.

No entanto, o distanciamento ocorre no ponto em que na perspectiva darcyniana, há um esforço da reapropriação das categorias de origem anglo-americana e europeia visando a construção de um projeto de desenvolvimento, para a superação da condição de atraso. Como ressalta Filipe A. Pinto (2010), a utilização destes conceitos significa a aceitação tácita dos valores do colonizador. Portanto, estas são as proximidades e limites de Darcy Ribeiro: uma busca pela autonomia e a alteridade cultural latino-americana, no entanto, ainda que por meio de um uso singular, o limite repousa no fato que o antropólogo mineiro ter desenvolvido as discussões nas bases conceituais de matriz ocidental.

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>>. Acesso em 16 out. 2022.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGUÉL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Estado e Sociedade**, Brasília, v. 31, n. 1, pp. 15-24, Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- BOMENY, H. **Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 284 p.
- CÉSAIRE, Á. **Discurso sobre colonialismo**. 2º. ed. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 2020. 84 p.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 1. pp. 52-83. 384 p.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. pp. 27-53. 564 p.
- OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, v.26, n.01, pp.15-40, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/02.pdf>> Acesso em 27 nov. 2022.
- PENNA, C. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 8, n. 2, pp. 164–180, 2014. Disponível em:

<<https://www.periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16133>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PINTO, F. B. B. A. Darcy Ribeiro e os estudos pós-coloniais: aproximações e afastamentos. **Em Tese**, Santa Catarina, 15, n. 2, mar./abri. 2018. p. 152-169. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/1806-5023.2018v15n1p152/36913>>. Acesso em: 12 março 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y Clasificación Social. In: **Cuestiones y Horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidade del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014, pp. 285-330.

RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A, 1969. 284 p.

RIBEIRO, D. **As Américas e a Civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, v. 2, 1970. 660 p.

RIBEIRO, D. **UnB: Invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, v. 3º, 1978. 139 p.

RIBEIRO, D. **O Processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização; etapas da evolução sociocultural**. 9º ed., Petrópolis: Vozes, 1987. 256 p.

RIBEIRO, D. **Faculdade de Educação e Comunicação**. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, v. 1, n. 1, 1993. pp. 7-27 p.

RIBEIRO, D. **Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes, UENF: Universidade do 3º Milênio, v. 1, n.1, 1993. 63 p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 472 p.

RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013a. 116 p.

RIBEIRO, D. **Testemunho**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013b. 307 p.

SANTOS, B. D. S. **Descolonizar el saber, reiventar el poder**. 1. ed. Montevideo: Ediciones Trilce, Extensión Universitaria, Universidad de la República, 2010. 110 p.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório - educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais**. Bragança Paulista: IFAN/CPAPH/EDUSF, 1999. 281 p.